

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO
DE DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DA BANRISUL S.A.
ARRENDAMENTO MERCANTIL**

Pelo presente instrumento particular, e na melhor forma de direito, como EMISSORA, e assim doravante designada, **BANRISUL S.A. ARRENDAMENTO MERCANTIL**, com sede na Cidade de Esteio/RS, na Av. Presidente Vargas, 2296, inscrita no CGC/MF sob o nº 92.692.979/0001-24, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, e como AGENTE FIDUCIÁRIO, e assim doravante designado, **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, com sede na cidade do Rio de Janeiro-RJ, à Rua Sete de Setembro, 99 - 13º andar, inscrita no CGC/MF sob o nº 17.343.682/0001-38 neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, nomeado nesta Escritura e nela INTERVENIENTE, representando a comunhão dos debenturistas adquirentes das debêntures objeto desta Escritura, vêm celebrar a presente Escritura de Emissão, mediante as seguintes cláusulas e condições:

I - DA AUTORIZAÇÃO

A presente Escritura é celebrada com base na autorização deliberada na Assembléia Geral Extraordinária da EMISSORA, realizada em 26.10.95.

II - DOS REQUISITOS

A presente emissão de debêntures será realizada com observância dos seguintes requisitos:

- a) **Registro na Comissão de Valores Mobiliários - CVM**, nos termos das Leis nºs 6.385, de 07/12/76, 6.404, de 15/12/76, e demais disposições legais regulamentares aplicáveis;
- b) **Arquivamento da Ata da Assembléia Geral Extraordinária**, que deliberou sobre a presente emissão, na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul; e
- c) **Registro da Escritura de Emissão no Cartório de Registro de Imóveis da cidade de Esteio-RS.**

III - DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

A emissão de debêntures observará as seguintes características:

1.FORMA DE COLOCAÇÃO E PROCEDIMENTO: O lançamento será público, mediante a intermediação de Instituições Financeiras habilitadas, para negociação no mercado de balcão, adotando-se o procedimento diferenciado de distribuição previsto no artigo 33 da Instrução CVM nº 13/80.

2.DATA DE EMISSÃO: Para todos os efeitos legais, a data de emissão das debêntures será 01 de outubro de 1995.

3.VALOR DE EMISSÃO: O montante total da emissão será de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).



4.QUANTIDADE, SÉRIE E VALOR NOMINAL: A emissão é composta por 10.000 (dez mil) debêntures, em série única, com valor nominal unitário de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) , na data de emissão.

5.FORMA, TIPO E NEGOCIAÇÃO: As debêntures serão nominativas, não endossáveis, e não conversíveis em ações representativas do capital social da Emissora, e serão registradas para negociação no mercado de balcão, junto ao SND (Sistema Nacional de Debêntures), administrado pela ANDIMA (Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto) e operacionalizado pela CETIP (Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos).

6.ESPÉCIE: As debêntures serão de espécie subordinada.

7.PRAZO E DATA DE VENCIMENTO: 26 (vinte e seis) meses a contar da data de emissão, com vencimento em 01.12.1997.

8.PREÇO DE SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO: As debêntures serão subscritas pela base de remuneração, acrescidos de juros remuneratórios e prêmio, a que fizerem jus, desde a data de emissão até a data de subscrição. A apuração do preço de subscrição e integralização que não ocorra no primeiro dia do mês, será efetuada mediante a aplicação da variação "pro-rata-temporis" por dias úteis da TR do mês, acrescido "pro-rata-temporis" por dias decorridos dos juros remuneratórios e prêmio. A integralização será à vista, no ato da subscrição.

9.BASE DE REMUNERAÇÃO: A base de remuneração das debêntures da presente emissão será o valor nominal unitário definido no item 4 acima, acrescido, a partir da data da emissão, da variação acumulada da Taxa Referencial - TR, data-base dia 01, divulgada pelo Banco Central do Brasil, para fins de cálculo do valor pecuniário de qualquer obrigação prevista nesta Escritura.

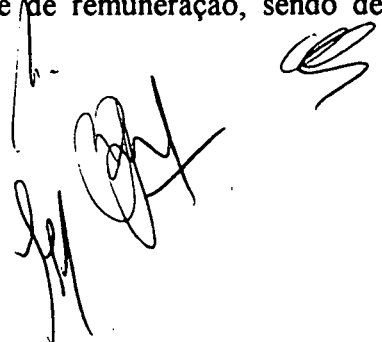
9.1.a apuração do montante das obrigações que se devam liquidar em datas intermediárias, ou seja, cujo vencimento não ocorra no primeiro dia de cada mês, será efetuada mediante a aplicação da variação "*pro rata temporis*" por dias úteis da TR do mês;

9.2.sem prejuízo do disposto no subitem abaixo, caso se alterem os critérios de cálculo da TR, as novas regras serão desde logo automaticamente aplicáveis a esta emissão;

9.3.na hipótese de extinção da TR, ou se pela superveniência de normas legais ou regulamentares esta não mais puder ser utilizada nas emissões de debêntures, ou ainda caso o redutor da mesma ultrapasse 1,3% a.m., a Emissora se obriga a adotar, em substituição, como base de remuneração, a taxa ANBID coletada no mesmo período mensal, com redutor de 1,3% a.m.

10.JUROS REMUNERATÓRIOS: Às debêntures serão conferidos juros fixos à taxa de 12% (doze por cento) ao ano, pagáveis conforme o previsto no item 12 abaixo.

11.PRÊMIO: As debêntures farão jus ao recebimento de um prêmio, equivalente ao percentual de 8% (oito por cento) ao ano. O respectivo prêmio será acrescido linearmente aos juros remuneratórios, previstos no item 10 supra, perfazendo uma remuneração anual de 20% (vinte por cento) a ser aplicada sobre a base de remuneração, sendo devido



mensalmente, coincidindo com o pagamento das amortizações e demais obrigações pecuniárias incidentes sobre as debêntures, conforme item 12 abaixo.

12.AMORTIZAÇÃO PROGRAMADA: A amortização e demais obrigações pecuniárias, das debêntures, estipuladas nesta Escritura de Emissão serão pagas no 1º (primeiro) dia útil de cada mês, em 24 (vinte e quatro) parcelas, sendo o primeiro pagamento em 01.01.96, cujos valores serão calculados consoante a seguinte fórmula:

$$A_n = V_e \times A_{mn} \times (1+i)^2 \times \frac{i}{1-(1+i)^{-c}}$$

$$J_n = A_n - P_n$$

$$P_n = \frac{A_n}{(1+i)^{N-n}}$$

$$i = (\text{Juros remuneratórios \%} + \text{Prêmio \%} + 1)^{1/12} - 1$$

Onde:

A_n = Valor do pagamento mensal, incluindo a amortização, juros remuneratórios e prêmio, atualizado pela base de remuneração;

V_e = Valor nominal unitário na data da emissão;

A_{mn} = Variação da TR referente ao mês de ordem "n", calculada pela variação acumulada da TR da data de emissão até o vencimento da amortização;

c = Número de amortizações, sendo igual a 24;

J_n = Valor dos juros remuneratórios e prêmio pagos na enésima amortização;

P_n = Valor da amortização de ordem "n";

n = Número de ordem da amortização;

$N = 25$

13.JUROS MORATÓRIOS: Caso a EMISSORA venha a incorrer em mora em qualquer pagamento e/ou amortização, previstos nesta Escritura, os valores em atraso ficarão sujeitos a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, além dos juros remuneratórios e prêmio, sem prejuízo das obrigações pecuniárias previstas, bem como aplicação da base de remuneração, incidentes sobre tais valores em atraso, calculados desde a data da inadimplência até a do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

14.DECADÊNCIA DOS DIREITOS AOS ACRÉSCIMOS: Sem prejuízo do disposto no item 13 acima, o não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da EMISSORA, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela mesma, não dará direito àquele ao recebimento de juros remuneratórios e prêmio relativos ao período do



atraso, sendo-lhe todavia assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

15.RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO: A Emissora reservar-se-á o direito de, a qualquer tempo, por deliberação do Conselho de Administração, promover o resgate antecipado das debêntures em circulação, mediante o pagamento do respectivo saldo da base de remuneração não amortizado, acrescido dos juros remuneratórios e do prêmio devidos na data do resgate, devendo publicar aviso prévio aos debenturistas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data do resgate. O resgate poderá ser total ou parcial; nesta última hipótese, mediante sorteio.

16.AQUISIÇÃO FACULTATIVA: A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir debêntures em circulação por preço não superior ao saldo da base de remuneração não amortizada, observado o disposto no § 2º do Artigo 55 da Lei no. 6.404/76. Na aquisição, os rendimentos a que fizerem jus as debêntures serão atribuídos pela EMISSORA aos titulares das mesmas.

17.LOCAL DO PAGAMENTO: Os pagamentos referentes às amortizações, juros remuneratórios e prêmio, a que fizerem jus as debêntures, serão efetuados utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP ou, na hipótese do debenturista não estar vinculado a esse sistema, na sede da EMISSORA.

18.PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS: Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes aos pagamentos de qualquer obrigação até o primeiro dia útil subsequente, se essa data coincidir com dia em que não haja expediente bancário, sem nenhum acréscimo, a qualquer título, aos valores a serem pagos.

19.VENCIMENTO ANTECIPADO: O AGENTE FIDUCIÁRIO poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto da emissão de que trata o presente instrumento e exigir o pagamento pela EMISSORA da base de remuneração, juros remuneratórios e prêmio, deduzidas as amortizações ocorridas, até a data do efetivo pagamento, na ocorrência dos seguintes fatos:

- a) protesto legítimo ou reiterado de títulos contra a EMISSORA;
- b) pedido ou decretação de intervenção administrativa pelo Banco Central do Brasil;
- c) falta de cumprimento pela EMISSORA de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão, não sanada em 30 (trinta) dias, contados a partir do aviso escrito enviado pelo AGENTE FIDUCIÁRIO;
- d) vencimento antecipado de qualquer dívida da EMISSORA em razão de inadimplência contratual, cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias da EMISSORA, previstas na presente Escritura de Emissão;
- e) pedidos de concordata preventivo formulado pela Emissora; e
- f) decretação de falência da Emissora.



19.1. Na ocorrência do vencimento antecipado, a EMISSORA se obriga a efetuar o pagamento de todas as suas obrigações em até 10 (dez) dias úteis a partir do recebimento da competente comunicação por escrito, que lhe vier a ser feita por meio de carta protocolada;

20.PUBLICIDADE: Todos os atos e decisões decorrentes desta emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos debenturistas, deverão ser veiculados na forma de avisos, em jornal de grande circulação.

IV - OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

A EMISSORA está adicionalmente obrigada a:

1 - Fornecer ao AGENTE FIDUCIÁRIO:

- a) dentro de no máximo 60 (sessenta) dias após o término do primeiro semestre de seu exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras relativas à esse período;
- b) dentro de no máximo 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras completas, relativa ao respectivo exercício social;
- c) cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM nº 202/93, nos prazos previstos nessa citada Instrução; e
- d) com a máxima urgência possível, qualquer informação razoável que lhe venha a ser solicitada.

2 - Não pagar dividendos, salvo o estipulado no artigo 202 da Lei nº 6.404/76, nem qualquer outra participação nos lucros estatutariamente prevista, se estiver, por mais de 30 (trinta) dias em mora relativamente ao pagamento de quaisquer valores devidos aos debenturistas, relativos às debêntures objeto da presente Escritura, cessando tal proibição tão logo seja purgada a mora.

3 - Submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras à exame de empresa de auditoria independente registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

4 - Efetuar e manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, nos termos da Instrução CVM nº 202/93, bem como fornecer ao seus debenturistas, com periodicidade mínima de 6 (seis) meses, as demonstrações financeiras previstas no artigo 176 da Lei 6.404/76.

5 - Manter em adequado funcionamento serviço de atendimento aos debenturistas, com o objetivo de assegurar eficiente tratamento àqueles, ou contratar instituições financeiras autorizadas a prestar esse serviço.

6 - Manter seus bens adequadamente segurados, conforme práticas correntes da EMISSORA.

7 - Não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares vigentes;

8 - Notificar o AGENTE FIDUCIÁRIO sobre qualquer ato ou fato que possa causar a interrupção ou suspensão das atividades da EMITENTE por mais de 2 (dois) dias úteis;

9 - A EMISSORA também declara, adicionalmente, não ter qualquer ligação com o AGENTE FIDUCIÁRIO que o impeça de exercer plenamente suas funções.



V - DO AGENTE FIDUCIÁRIO

A EMISSORA constitui e nomeia AGENTE FIDUCIÁRIO da Emissão objeto da presente Escritura, a PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, retro qualificada, a qual neste ato e na melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar perante ela, EMISSORA, a comunhão dos titulares das debêntures.

1 - DECLARAÇÃO:

O AGENTE FIDUCIÁRIO, nomeado na presente Escritura, declara:

- a) sob as penas da lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme o artigo 66, § 3º, da Lei nº 6.404/76, e o artigo 9º da Instrução CVM nº 28/83, para exercer a função que lhe é conferida;
- b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- c) aceitar integralmente a presente Escritura em todas as suas cláusulas e condições;
- d) não ter qualquer ligação com a EMISSORA que o impeça de exercer plenamente as suas funções, e
- e) estar ciente das disposições contidas na Circular nº 1.832 de 31.10.90 do Banco Central do Brasil.

2 - REMUNERAÇÃO:

O AGENTE FIDUCIÁRIO receberá pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, honorários no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por ano, pagáveis da seguinte forma:

- a) Para a primeira parcela, 50% quando do "De Acordo", da Emissora, na proposta recebida do Agente Fiduciário, para o exercício das funções e os outros 50% restante no 1º dia após a obtenção do registro da Emissão na CVM;
- b) A segunda e última parcela será paga 12 meses após a data do registro;
- c) Os pagamentos anuais citados no item supra serão reajustados pela variação acumulada do IGP-M, na falta ou na impossibilidade de sua utilização, pelo mesmo critério de atualização da base de remuneração das debêntures, a partir da data da emissão das mesmas até as datas de pagamento de cada parcela subsequente, calculadas "pro-rata-die", se necessário.
- d) A remuneração prevista neste item não inclui despesas com publicações, viagens e estadias necessárias ao desempenho das funções do AGENTE FIDUCIÁRIO, encargos esses que serão suportados pela EMISSORA.
- e) Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia prevista neste item, os valores em atraso ficarão sujeitos aos juros de mora de que trata o item 13, da Cláusula III.
- f) As parcelas de honorários serão acrescidas dos seguintes impostos: ISS (Imposto sobre Serviços de qualquer natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do AGENTE FIDUCIÁRIO, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento, excetuando-se o Imposto de Renda.



g) Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o AGENTE FIDUCIÁRIO venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas possuidores da totalidade das debêntures em circulação e, posteriormente conforme previsto em lei, ressarcidas pela EMISSORA. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, custas judiciais e taxas judiciárias nas ações propostas pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, enquanto representante da comunhão dos debenturistas. As eventuais despesas e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas.

3 - SUBSTITUIÇÃO:

Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia ou qualquer outro caso de vacância será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembléia dos Debenturistas para a escolha de um novo AGENTE FIDUCIÁRIO, a qual poderá ser convocada pelo próprio AGENTE FIDUCIÁRIO a ser substituído, pela EMISSORA, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, dos títulos em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 08 (oito) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à EMISSORA efetuar-lá, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir o processo de escolha do novo AGENTE FIDUCIÁRIO.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Na hipótese de não poder o AGENTE FIDUCIÁRIO continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos debenturistas, pedindo a sua substituição.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Após o encerramento do prazo para a distribuição das debêntures no mercado, é facultado aos debenturistas proceder à substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO e a indicação de seu eventual substituto, em Assembléia especialmente convocada para esse fim.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO fica sujeita à comunicação prévia à CVM, e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no Artigo 8º da Instrução CVM nº 28/83, e eventuais normas posteriores.

PARÁGRAFO QUARTO: A substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO, em caráter permanente, deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, devendo esse aditamento ser averbado no Cartório de Registro de Imóveis no qual foi registrada aquela Escritura.

PARÁGRAFO QUINTO: O AGENTE FIDUCIÁRIO entrará no exercício de suas funções a partir da data da assinatura da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição.

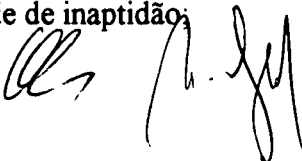
PARÁGRAFO SEXTO: Aplicam-se as normas e preceitos baixados pela CVM às hipóteses de substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO.

4 - DEVERES DO AGENTE FIDUCIÁRIO:

Além de outros previstos em lei, ou em ato normativo da CVM, ou nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do AGENTE FIDUCIÁRIO:

a) proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando no exercício da sua função o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;

b) renunciar à sua função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;



c) conservar em boa guarda toda escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;

d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas na Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;

e) promover, caso a EMISSORA não o faça, o registro da Escritura de Emissão e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes; neste caso, o Oficial do Registro notificará a Administração da EMISSORA para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;

f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;

g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das debêntures;

h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores Cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas da Justiça Federal, e da Procuradoria da Fazenda Pública, do foro da sede da EMISSORA;

i) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na EMISSORA;

j) convocar, quando necessário, a Assembléia de Debenturistas, mediante anúncio publicado pelo menos três vezes nos órgãos de imprensa nos quais a EMISSORA deve efetuar suas publicações;

k) comparecer à Assembléia dos Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;

l) elaborar relatório anual destinado aos debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, letra "b", da Lei nº 6.404/76, o qual deverá conter ao menos as seguintes informações:

1) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela EMISSORA ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela EMISSORA;

2) alterações estatutárias ocorridas no período;

3) comentários sobre as demonstrações financeiras da EMISSORA, enfocando os indicadores econômicos, financeiros, e da estrutura de seu capital;

4) posição da distribuição ou colocação das debêntures no mercado;

5) resgate, amortização, e pagamento de juros e prêmio das debêntures, realizados no período, bem como aquisições e vendas de debêntures pela EMISSORA;

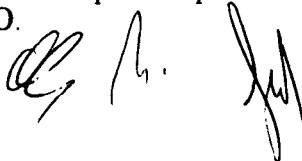
6) constituição e aplicação do Fundo de Amortização de Debêntures, quando for o caso;

7) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da emissão de debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos Administradores da EMISSORA;

8) relação dos bens e valores entregues à sua administração;

9) cumprimento das obrigações assumidas pela EMISSORA neste instrumento; e

10) declaração sobre a sua aptidão para continuar exercendo a função de AGENTE FIDUCIÁRIO.



m) colocar o relatório de que trata a alínea "l" anterior à disposição dos debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da EMISSORA, ao menos nos seguintes locais:

- 1) na sede da EMISSORA;
- 2) no escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;
- 3) na CVM;
- 4) nas Bolsas de Valores, quando for o caso; e
- 5) nas instituições financeiras que lideram a colocação das debêntures.

n) publicar, nos órgãos de imprensa em que a EMISSORA deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório se encontra à disposição desses nos locais indicados na alínea anterior;

o) manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à EMISSORA;

p) coordenar o sorteio das debêntures a serem resgatadas;

q) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes deste Instrumento, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;

r) notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, de qualquer inadimplemento pela EMISSORA de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deverá ser enviada:

- 1) à CVM;
- 2) às Bolsas de Valores, quando for o caso; e
- 3) ao Banco Central, quando se tratar de instituição por ele autorizada a funcionar.

5 - ATRIBUIÇÕES DO AGENTE FIDUCIÁRIO:

O AGENTE FIDUCIÁRIO usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a EMISSORA ou terceiros coobrigados, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos debenturistas e da realização de seus créditos, devendo em caso de inadimplemento da EMISSORA:

- a) observadas as condições da presente Escritura, declarar antecipadamente vencidas as debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- b) requerer a falência da companhia Emissora;
- c) tomar qualquer providência necessária para realização dos créditos dos debenturistas; e
- d) representar os debenturistas em processo de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da EMISSORA

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O AGENTE FIDUCIÁRIO poderá exercer a atribuição prevista no item (a) acima na ocorrência do inadimplemento de qualquer obrigação proveniente da presente Escritura.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O AGENTE FIDUCIÁRIO somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas letras "a" a "c" acima, se a Assembléia dos Debenturistas assim o autorizar, por deliberação unânime dos



titulares de todas as debêntures em circulação. Na hipótese contemplada na letra "d" será suficiente a deliberação da maioria das debêntures em circulação.

6 - DESPESAS DO AGENTE FIDUCIÁRIO:

A EMISSORA ressarcirá o AGENTE FIDUCIÁRIO de todas as despesas em que o mesmo tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos debenturistas ou para realizar seus créditos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O ressarcimento a que se refere este item será efetuado imediatamente após a entrega à EMISSORA dos documentos comprobatórios das despesas realizadas e efetivamente necessárias à proteção dos direitos dos debenturistas.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As despesas a que se referem este item compreendem, inclusive, as seguintes:

- a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- b) extração de certidões;
- c) locomoções entre Estados da Federação, e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções; e
- d) eventuais levantamentos adicionais e essenciais às perícias que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos debenturistas.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O crédito do AGENTE FIDUCIÁRIO por despesas que tenha realizado para proteger direitos e interesses, ou realizar créditos dos debenturistas, que não tenham sido saldados na forma do Parágrafo Primeiro, será acrescido à dívida da EMISSORA e gozará das mesmas garantias das debêntures, preferindo à estas na ordem de pagamento.

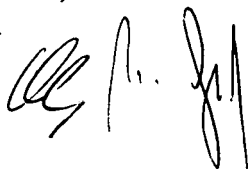
PARÁGRAFO QUARTO: Caberá à EMISSORA o pagamento de honorários advocatícios e de quaisquer outras despesas concernentes à cobrança, por via judicial ou por intermédio de escritório de advocacia, de quaisquer quantias devidas aos debenturistas em decorrência desta Escritura.

VI - DA RENÚNCIA

Não se presume a renúncia a qualquer um dos direitos decorrentes da presente Escritura sendo que, o não exercício de qualquer um desses direitos será considerada mera liberalidade, não se operando novação.

VII - DA ASSEMBLÉIA DOS DEBENTURISTAS:

1 - Os titulares das debêntures de que trata esta Escritura poderão reunir-se, a qualquer tempo, em Assembléia Especial, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos debenturistas.



2 - A Assembléia dos Debenturistas poderá ser convocada pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, pela EMISSORA, por debenturistas que representem no mínimo 10% (dez por cento) das debêntures em circulação, ou pela CVM.

3 - Aplica-se à Assembléia dos Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei nº 6.404/76 para Assembléia Geral dos Acionistas.

4 - A Assembléia se instalará, em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem metade, no mínimo, das debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número. A presidência da Assembléia caberá ao debenturista que for eleito pelos presentes ou àquele que for designado pela CVM.

5 - O AGENTE FIDUCIÁRIO deverá comparecer à Assembléia de Debenturistas, ainda que não a tenha convocado, a fim de prestar os esclarecimentos e informações que lhe forem solicitadas pelos debenturistas.

6 - Nas deliberações da Assembléia cada debênture dará direito a um voto, admitida a constituição de mandatários, debenturistas ou não.

7 - Toda e qualquer alteração nas cláusulas ou condições previstas nesta Escritura, dependerão da aprovação de debenturistas que representem, no mínimo, metade das debêntures em circulação. Para efeito de verificação do "quorum" a que se refere este item, serão excluídas as debêntures que a EMISSORA mantiver em carteira.

VIII - DISPOSIÇÕES GERAIS

Fica eleito o foro da Cidade de Esteio, Estado do Rio Grande do Sul, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes desta Escritura.

E por estarem assim justas e contratadas, assinam a presente Escritura em 03 (três) vias, de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Esteio, 27 de outubro de 1.995.


BANRISUL S.A. ARRENDAMENTO MERCANTIL


PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Testemunhas: - _____

- _____

Cartório do 2º Ofício de Notas, Travessa do Duvidor, 21 B
Centro - Rio de Janeiro. Tabelião: Ney Ribeiro. Reconheço por
semelhança as firmas de: THEO RODRIGUES (0890637748) e SERGIO DA
COSTA RIBEIRO 027425277-53
No: 420.4
Rio de Janeiro, 13 de Novembro de 1995. Conf. por:
Em testemunho _____ da verdade.

Lourival Correia - Substituto

Valor: 3.08

